



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2017.0000621744

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0002185-65.2013.8.26.0160, da Comarca de Descalvado, em que são apelantes SANDRO JOSÉ TASCA (JUSTIÇA GRATUITA) e SANDRA CRISTINA TASCA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado FERNANDO OTAVIO SANTANA RODRIGUES (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)).

ACORDAM, em 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA (Presidente sem voto), SÁ DUARTE E LUIZ EURICO.

São Paulo, 7 de agosto de 2017.

EROS PICELI
RELATOR
ASSINATURA ELETRÔNICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

Apelação nº 0002185-65.2013.8.26.0160
Comarca: Descalvado - Foro de Descalvado - 1ª Vara
Apelantes: Sandro José Tasca e Sandra Cristina Tasca
Apelado: Fernando Otavio Santana Rodrigues

Ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos por incapacidade permanente – acidente de trânsito – legitimidade passiva da proprietária do veículo já decidida – questão preclusa – demonstração que o acidente ocorreu por culpa do motorista do carro – ausência de prova que demonstre que autor foi responsável pelo ocorrido ou que tenha concorrido para o acidente – danos materiais comprovados – danos morais e estéticos configurados – ausência de prova quanto ao percentual de incapacidade do autor que imponha redução do valor da pensão mensal vitalícia – deve ser abatida, porém a despesas com a própria manutenção - pensão de 2/3 de um salário mínimos - despesas médicas e hospitalares que constituem fato futuro e incerto - afastadas - apelação provida em parte.

Voto nº 38.867

Vistos.

Ação de indenização por danos materiais, morais, estéticos e por incapacidade permanente decorrente de acidente de trânsito julgada parcialmente procedente pelo M. Juiz Rafael Pinheiro Guarisco para condenar os réus solidariamente ao pagamento de: I) R\$ 1.279,98, a título de danos materiais; II) R\$30.000,00 a título de danos morais e estéticos; III) pensão vitalícia equivalente a um salário mínimo; IV) tratamento médico e medicamentos liquidados oportunamente. V) custas, despesas processuais e honorários fixados em 10% sobre o valor



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

da condenação, observada, porém, a gratuidade concedida aos réus.

Os réus apelam.

O réu Sandro sustenta que a culpa pelo ocorrido foi da vítima, pois estava em alta velocidade quando bateu de frente com o apelante. Não estão preenchidos os requisitos para responsabilidade civil.

Questiona o valor da condenação. Afirma que não tem condições de arcar com a condenação imposta na sentença. Afirma que não se pode atribuir pensão vitalícia, pois o apelado foi comedido de incapacidade parcial e permanente e isso não lhe tira a capacidade para o trabalho. Caso contrário, pede a redução da pensão.

Já a ré Sandra sustenta que não é parte legítima para figurar no polo passivo, pois não participou do acidente e o veículo, que era de sua propriedade, foi transferido. No mais, repete os argumentos do réu Sandro quanto à ausência dos requisitos para responsabilidade civil, a falta de condições financeiras para suportar os danos materiais e que o autor está apto ao trabalho.

Recursos não preparados dada a gratuidade concedida aos réus e respondidos.

É o relatório.

A preliminar de ilegitimidade passiva da ré Sandra já foi objeto de decisão a fls. 352/353, e não houve recurso em momento oportuno, razão pela qual a questão já se encontra preclusa, não se podendo reabrir a discussão. De qualquer maneira, como proprietária do veículo envolvido no acidente, responde civilmente pelos danos causados pela coisa.

Segundo a inicial, em 24.12.2011, por volta das 20h35min, o autor e mais dois amigos transitavam pela avenida da Saudade, quando o réu Sandro José Tasca, na direção do veículo de propriedade da ré Sandra, ao efetuar uma ultrapassagem em alta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

velocidade, veio a atropelar o autor que vinha de bicicleta em direção oposta.

No momento, o réu se evadiu do local sem prestar socorro, porém depois de alguns dias foi identificado.

O réu foi condenado na esfera criminal no artigo 305 do Código de Trânsito, por ter fugido do local do acidente sem ter prestado socorro à vítima, porém foi extinta a punibilidade, por decadência, em razão do crime de lesão corporal culposa, fls. 282/286.

A versão narrada na inicial foi confirmada pelas testemunhas neste processo. Destacam-se os testemunhos de Sonia e Vanessa que estavam no veículo ultrapassado e presenciaram o acidente, fls. 407/409.

Não há nos autos qualquer indício de que o autor tenha sido responsável ou concorrido para o acidente, até porque é incontroverso que ele vinha no sentido correto e quem estava na contramão era o réu Sandro.

Desse modo, demonstrada a responsabilidade dos réu Sandro como condutor do veículo pelo ocorrido, correta a condenação dos apelantes, motorista e proprietária do carro, pelos danos sofridos pelo autor.

Quanto aos danos materiais, os documentos juntados a fls. 117/127 demonstram os gastos médicos com acidente. A mera alegação de incapacidade econômica não é suficiente para afastar o dever de indenizar.

As lesões sofridas, o tempo que esteve internado, a deformidade física no braço esquerdo e a perda dos dentes, fls. 53/54, configuram os danos morais e estéticos sofridos pelo autor. A quantia de R\$ 30.000,00 representa justa indenização e não configura enriquecimento ilícito, não devendo sofrer qualquer tipo de modificação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
33ª Câmara de Direito Privado

Quanto à pensão vitalícia, a sentença condenou os réus ao pagamento em um salário mínimo de forma vitalícia. O exame de corpo de delito comprova que o autor terá incapacidade permanente para o trabalho, fls. 54.

Embora aleguem o contrario, os réus não demonstraram a capacidade o autor para o trabalho, ou então a sua redução que imponha alteração do valor fixado de pensão.

De qualquer maneira, presumido o ganho de um salário mínimo pelo autor, também devem ser deduzidos gastos com a própria manutenção, que se estima em 1/3 do total. Assim, a pensão vitalícia deve ser fixada em 2/3 de um salário mínimo, na forma estabelecida pela sentença.

E também o autor não demonstrou a necessidade de gastos com despesas médico hospitalares, como colocou a sentença. Com todo o respeito, não existe o menor indício da necessidade de tratamento por parte do autor. Não é possível manter tal condenação, que trata de fato futuro e incerto.

Do exposto, dá-se provimento em parte à apelação dos réus para afastar da condenação o pagamento futuro de despesas com médicos e hospitais, além de fixar a pensão em 2/3 de um salário mínimo, mantida no mais a sentença.

Eros Piceli
Relator